

DIEGO HENRIQUE SCHUSTER

APOSENTADORIA ESPECIAL E  
A NOVA PREVIDÊNCIA:  
Os Caminhos do  
Direito (Processual) Previdenciário

2ª EDIÇÃO  
Revista, Atualizada e Ampliada



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná  
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br  
**www.alteridade.com.br**

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazzon	Jairo Enrique Herrera Pérez
Claudia Rosane Roesler	Jairo Gilberto Schäfer
Daniela Cademartori	José Antonio Savaris
Fabiano Hartmann Peixoto	Marcos Garcia Leite
Guido Aguila Grados	Luis Alberto Petit Guerra
Ingo Wolfgang Sarlet	Paulo Márcio Cruz
Isaac Reis	Zenildo Bodnar

122353

---

S395

Schuster, Diego Henrique  
Aposentadoria especial e a nova previdência: os caminhos do  
direito (processual) previdenciário / Diego Henrique Schuster -  
2.ed. – Curitiba: Alteridade, 2022.  
654p.; 23cm

ISBN 978-65-89533-45-0

1. Direito previdenciário. 2. Previdência social –  
Legislação. 3. Aposentadoria especial. I. Título.

CDD 344.032(22.ed)  
CDU 349.3

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação: M<sup>a</sup> Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626  
Diagramação: Jonny M. Prochnow  
Capa: Paulo Benczik

# SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 – INTRODUÇÃO</b> .....	25
<b>Capítulo 2 – APOSENTADORIA ESPECIAL: NOVAS TESES</b> .....	29
2.1 - Considerações Preliminares e Necessárias.....	29
2.1.1 - A importância dos conceitos jurídicos em matéria previdenciária: (des)continuidades presentes na “nova previdência” .....	34
2.1.2 - O que deve nos acompanhar.....	36
2.1.3 - Uma mudança no texto constitucional: “são tantas perguntas” (Show da Luna).....	37
2.1.3.1 - Da exigência de carência (180 contribuições mensais) na “nova previdência” .....	38
2.1.3.2 - Da tabela do artigo 142 da Lei de Benefícios: é possível a idade fixar a carência exigida para depois da EC 103/2019? .....	49
2.1.3.3 - Do tempo de contribuição na EC 103/2019.....	51
2.1.3.4 - Da conversão do tempo de contribuição para fins de aumento da RMI (Renda Mensal Inicial) da aposentadoria por idade (na regra transitória e geral).....	58
2.1.3.5 - Do direito adquirido.....	59
2.1.3.5.1 - A indenização ou complementação de contribuições para fins de direito adquirido e efeitos financeiros .....	60
2.1.3.6 - Do mínimo divisor.....	63
2.1.3.7 - Exclusão de contribuições: cuidado! .....	65
2.1.4 - Por fim, mas nem tanto.....	66
2.2 - Justiça Social e Pobreza.....	68
2.2.1 - O adicional de 25%: qual a lógica do sistema?.....	72
2.2.2 - Tema 1095/STF: o Princípio da Prévia Fonte de Custeio Cega Mais do que Ilumina .....	76
2.3 - Aposentadoria Enquanto Técnica de Proteção Específica da Previdência Social .....	84
2.3.1 - Os princípios que fundamentam o risco na aposentadoria especial .....	94
2.3.2 - A nova aposentadoria especial: bem-vindos!.....	102
2.3.3 - Uma interpretação hermeneuticamente adequada do artigo 25, § 2º, da EC 103/2019 .....	108
2.3.4 - A conversão do tempo de serviço especial em comum na DER (data de entrada do requerimento) e o fator de conversão após a reforma da previdência: limites e (im)possibilidades .....	116

2.3.5 - A conversão do tempo de serviço especial em comum dentro da regra de transição da aposentadoria especial .....	120
2.3.6 - A aplicação da regra de transição prevista no artigo 17 da EC 103/2019 (RT3) .....	122
2.3.7 - O cálculo do valor benefício de aposentadoria especial .....	126
2.3.8 - A aplicação da regra de transição prevista no artigo 20 da EC 103/2019 (RT4) .....	136
2.4 - Aposentadoria Especial pela Via da Periculosidade: Vamos Dar “Chance ao Azar”? .....	138
2.5 - (Im)Possibilidade de Percepção do Benefício da Aposentadoria Especial na Hipótese em que o Segurado Permanece no Exercício de Atividades Laborais Nocivas à Saúde (Tema 709/STF) .....	142
<b>Capítulo 3 – CARACTERIZAÇÃO E COMPROVAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL: UMA PROBLEMATIZAÇÃO</b> .....	159
3.1 - Como Compreender O Fenômeno Jurídico Diante Do Momento Contemporâneo: Uma Abordagem Sistêmica .....	159
3.2 - Meio Ambiente do Trabalho e o Aparecimento de um Modelo Preventivo de Tutela.....	161
3.2.1 - Meio Ambiente do Trabalho: Uma Interpretação Constitucionalmente Adequada da Lei de Benefícios .....	170
3.2.2 - O risco (um acontecimento físico, químico ou biológico) como algo a ser controlado e combatido: um exemplo emblemático em pleno século XXI .....	171
3.2.3 - Qual o escopo final dos dispositivos da Lei 8.213/1991? .....	180
3.2.4 - Os principais estorvos e contradições para se prevenir antes de compensar/ indenizar: a monetização da saúde do trabalhador .....	183
3.2.5 - Como compensar a falta de referência ao “meio ambiente do trabalho” na Lei de Benefícios? Uma interpretação constitucionalmente adequada .....	193
3.2.6 - Considerações finais .....	199
3.2.6.1 - Radiação Solar no Meio Ambiente do Trabalho: Quais as Consequências Jurídicas na Saúde do Trabalhador?.....	201
3.3 - Requisitos à Comprovação da Atividade Especial: Quando a Distância Aproxima o Direito Trabalhista do Direito Previdenciário .....	207
3.3.1 - Atividade Especial do Vigilante: Com Uso de Arma de Fogo? .....	239
3.3.2 - Enquadramento Por Categoria Profissional: Por Analogia? .....	242
3.3.3 - Motorista de Caminhão e Ônibus: Do Risco à Integridade Física e Mental até a Vibração .....	253
3.4 - Os Critérios de Habitualidade e Permanência na Exposição aos Agentes - Eletricidade e Biológicos .....	262
3.5 - Agente físico ruído na via administrativa e judicial: considerações essenciais para uma adequada compreensão da finalidade do benefício de aposentadoria especial.....	281
3.5.1 - O risco (de surdez ocupacional) em matéria previdenciária .....	282
3.5.2 - Conceitos, metodologia e prática: uma abordagem multi-transdisciplinar .....	286
3.5.3 - Ruído e suas metodologias: a quem assiste o direito de reclamar? .....	291
3.5.4 - Tema 694/STJ: e quando o absurdo é de observância obrigatória? .....	297
3.5.5 - Tema 1083: uma problematização a partir do precedente do STJ .....	304
3.6 - Equipamento de Proteção Individual (epi): O Que Forma o Sentido Jurídico de (In)Eficácia em Matéria Previdenciária? .....	315

3.6.1 - É possível impor rito judicial instrutório rígido e abstrato para apuração da ineficácia do EPI?.....	326
3.6.2 - Das situações em que o uso e (suposta) eficácia do EPI são irrelevantes.....	334
3.6.3 - A inversão do ônus da prova em relação ao EPI.....	344
3.6.4 - Quadro de decisões sobre o tema.....	351
3.7 - Diferença entre Auxílio-Doença Previdenciário e Auxílio-Doença Acidentário para Efeitos de Tempo Permanente de Trabalho Especial.....	354
3.8 - O princípio da precaução diante da ausência de regulamentação e das incertezas quanto aos riscos das nanopartículas: a busca de uma orientação operacional em matéria previdenciária.....	361
<b>Capítulo 4 – DIREITO PROCESSUAL (PREVIDENCIÁRIO)</b> .....	369
4.1 - Resgate da Função do Processo (Previdenciário).....	369
4.2 - O que é isto - direito processual previdenciário? uma análise crítica (construtiva) das decisões judiciais.....	371
4.2.1 - O mito da autonomia do Direito Previdenciário.....	372
4.2.2 - No processo previdenciário são admitidos todos os meios de prova?.....	377
4.2.3 - Prova pericial: sistema jurídico cobra critérios para seu (in)deferimento e não apenas a efetivação das garantias constitucionais.....	383
4.2.4 - Considerações finais.....	399
4.2.4.1 - A importância da pergunta na formação do sentido jurídico.....	402
4.2.4.2 - A CTPS como início de prova material e a finalidade da prova testemunhal na comprovação do tempo de serviço especial.....	407
4.2.4.3 - Qual o limite da dúvida (em desfavor do segurado)?.....	413
4.3 - Laudos por Analogia e Prova Emprestada em Matéria Previdenciária: É Possível se Emprestar o Contraditório?.....	422
4.4 - Regras de Experiência: Utilização nas Ações Previdenciárias.....	425
4.5 - CPC é Garantia Contra “Armadilhas” em Matéria Previdenciária?.....	437
4.6 - Reafirmação da der na Tese do Fato Superveniente: Uma (Re)Afirmção do Direito Fundamental-Social-Previdenciário.....	454
4.6.1 - A reafirmação da DER: entre a coerência e a data de ajuizamento da ação....	465
4.6.2 - A (im)possibilidade de manutenção do benefício mais vantajoso e, concomitantemente, a execução dos atrasados do benefício concedido na justiça: dar “bois aos nomes”.....	478
4.6.2.1 - A diferença para uma “desaposentação”.....	479
4.6.2.2 - Dos fundamentos que justificam a tese.....	480
4.6.2.3 - O caráter compensatório da medida.....	481
4.6.2.4 - Do caráter alimentar dos atrasados.....	483
4.6.2.5 - A relação entre tempo e direito.....	485
4.6.3 - E quando a aposentadoria concedida na via administrativa impede a concessão do benefício postulado na justiça?.....	485
4.7 - Como Garantir Celeridade à Luz do Novo Código de Processo Civil? Consideração do Tempo de Serviço Prestado às Forças Armadas Como Especial e Seu Cômputo no RGPS: Desafio Para o Administrador do Tempo, o Juiz!.....	486
4.7.1 - As considerações preliminares.....	488

4.7.2 - A legitimidade passiva do INSS para conceder o benefício da aposentadoria especial .....	492
4.7.2.1 - Da (im)possibilidade de <i>litisconsórcio passivo necessário</i> entre INSS e União .....	498
4.7.2.2 - Da conexão e/ou suspensão do processo .....	503
4.7.2.3 - Da garantia da duração razoável do processo: o juiz como gestor do tempo .....	505
4.7.3 - As considerações finais .....	507
4.8 - É o Fim da Competência Delegada? .....	509
4.9 - Aposentadoria da Pessoa com Deficiência .....	512
4.10 - A problemática da (não) fundamentação das decisões judiciais: sua falta, sua insuficiência e suas contradições .....	516
4.11 - O Valor da Causa e a (In)Competência do JEF para Processar e Julgar Ações Previdenciárias cujo Valor Seja Superior a Sessenta Salários Mínimos .....	538
4.11.1 - Dano moral em matéria previdenciária: uma ficção jurídica ou um instrumento para melhorar os serviços públicos? .....	540
4.12 - O tema 975 alcança todas as situações de aplicação do art. 103 da lei de benefícios? .....	549
4.12.1 - A decadência e sua "interrupção" com o pedido de revisão do benefício: uma interpretação hermeneuticamente adequada .....	552
4.12.2 - ADI 6096 e o prazo decadencial: a confusão entre interpretação conforme e nulidade parcial sem redução de texto .....	553
4.12.3 - A decadência na jurisprudência previdenciária (com DNA constitucional) .....	557
4.12.4 - Ação judicial na pendência de uma resposta por parte do INSS .....	562
4.12.5 - Considerações finais .....	564
4.13 - Coisa julgada previdenciária: parem de falar em "relativização" da coisa julgada!..	565
4.13.1 - Dos limites objetivos da coisa julgada e eficácia preclusiva em matéria previdenciária .....	570
4.13.2 - Qual o futuro da coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> ? .....	581
<b>Capítulo 5 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO DO INIMIGO</b> .....	595
5.1 - Discurso Sobre Um Direito de Exceção .....	595
5.2 - Antecipação da Intervenção Punitiva: a Utilização de Discursos de Justificação Prévia .....	597
5.3 - Flexibilização de Garantias Processuais e o Desrespeito ao Núcleo Duro do Devido Processo Legal (Processo Justo) .....	605
5.3.1 - No JEF Brincamos de Cognição Exauriente; mas a Imutabilização da Coisa Julgada é Coisa Séria! .....	615
5.4 - Demonização do Segurado: Destinatário das Normas (de Proteção) Previdenciárias .....	616
5.5 - Considerações Finais .....	629
<b>Capítulo 6 – UMA ÚLTIMA PALAVRA</b> .....	631
<b>Referências</b> .....	633